

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

CAROLINA VAKAHARA

Acessibilidade digital:

**Inclusão de pessoas com deficiência visual e/ou auditiva
no ambiente digital: Análise do Grupo Mulheres do Brasil**

São Paulo

Julho 2021

CAROLINA VAKAHARA

Acessibilidade digital:

Inclusão de pessoas com deficiência visual e/ou auditiva
no ambiente digital: Análise do Grupo Mulheres do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Comunicação e Artes da
Universidade de São Paulo como requisito
para obtenção do título de bacharel de
Comunicação Social com habilitação em
Relações Públicas.

Orientador: Profa. Mariângela Haswani

São Paulo

Julho 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grupo Mulheres do Brasil por ter concordado em participar do meu trabalho de conclusão do curso de Relações Públicas. Em especial, a Terezinha Salamanca e Marinalva Cruz, líderes do Comitê de Inclusão da Pessoa com Deficiência com quem mantive contato, sendo sempre muito bem recebida.

Também aproveito para agradecer à professora Mariângela Haswani que me orientou na construção deste trabalho ao longo do primeiro semestre de 2021, de forma sempre acolhedora e disposta.

Dedico espaço em meu agradecimento aos demais professoras com os quais tive contato durante a minha graduação.

Finalmente, aproveito para agradecer às pessoas que, de alguma forma, mesmo que indiretamente, contribuíram ou inspiraram ideias para este trabalho, principalmente minha família (Mariana, Lúcia e Eduardo) e minha chefe (Silvia Lamanna).

Muito obrigada!

“Às vezes quando você inova, você comete erros. É melhor você admiti-los rapidamente, e continuar melhorando em suas próximas inovações”.

Steve Jobs

RESUMO

VAKAHARA, CAROLINA. **Inclusão de pessoas com deficiência visual e/ou auditiva no ambiente digital: Análise do Grupo Mulheres do Brasil**. 2021. Número de folhas 48f. Trabalho de conclusão de curso – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Desde a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão de pessoas com deficiência (13.146/2015), em 2015, e com a utilização cada vez maior da internet e dos meios digitais, percebeu-se um descompasso no que tange a acessibilidade digital. O objetivo deste trabalho é avaliar a organização Grupo Mulheres do Brasil e verificar quais foram as boas práticas utilizadas por esta ONG, assim como destacar a importância dos três pilares da acessibilidade digital: descrição de imagem, intérprete de libras e áudio descrição. Para isso, foram feitas entrevistas com as líderes do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência e pesquisas qualitativas e exploratórias para a fundamentação e revisão bibliográfica. Do mesmo modo, foram também analisadas algumas publicações e *lives* do Grupo Mulheres do Brasil. O trabalho possibilitou resumir em algumas diretrizes como a comunicação pode ser mais inclusiva para pessoas com deficiência visual e/ou auditiva.

Palavras-chave: Acessibilidade Digital. Descrição de imagem. Intérprete de libras. Áudio descrição. Grupo Mulheres do Brasil.

ABSTRACT

VAKAHARA, CAROLINA. **Inclusão de pessoas com deficiência visual e/ou auditiva no ambiente digital: Análise do Grupo Mulheres do Brasil.** 2021 Number of sheets 48. Final paper to graduate – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Since the approval of the Brazilian Law for the Inclusion of People with Disabilities (13.146/2015), in 2015, and with the increasing use of the internet and digital media, a discrepancy has been noticed in terms of digital accessibility. The objective of this paper is to evaluate the organization Grupo Mulheres do Brasil and verify which were the good practices used by this NGO, as well as highlight the importance of the three pillars of digital accessibility: image description, interpreter of brazilian sign language and audio description. For this, interviews were carried out with the leaders of the Committee for the Inclusion of People with Disabilities and qualitative and exploratory research to justify and review the literature. In the same way, some publications and lives of the Grupo Mulheres do Brasil were also analyzed. The paper allowed us to summarize some guidelines on how communication can be more inclusive for people with visual and/or hearing disabilities.

Keywords: Digital accessibility. Image description. Brazilian sign language interpreter. Audio description. Grupo Mulheres do Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Dados sobre pessoas com deficiência no Brasil.....	15
Figura 2. Tipos de deficiência.	16
Figura 3. Categorias da deficiência visual.....	17
Figura 4. Causadores e protetores da perda de audição.....	18
Figura 5. Informações mais relevantes sobre a LBI – Lei Brasileira de Inclusão.	20
Figura 6. Tipos de acessibilidade.	21
Figura 7. Barreiras para pessoas com deficiência.....	22
Figura 8. Logo do Grupo Mulheres do Brasil.	27
Figura 9. Logo do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência.	28
Figura 10. Número de postagens com a hashtag “#pracegover” no Workplace.	30
Figura 11. Post de evento do Grupo Mulheres do Brasil.....	30
Figura 12. Post de reunião do Grupo Mulheres do Brasil.	31
Figura 13. Post de divulgação do canal de YouTube da Luiza Helena Trajano.....	31
Figura 14. <i>Frame</i> de <i>live</i> do Grupo Mulheres do Brasil – Fórum Global do SUS.....	32
Figura 15. <i>Frame</i> de <i>live</i> do Grupo Mulheres do Brasil – Portas Abertas.	32
Figura 16. <i>Home</i> do site do Grupo Mulheres do Brasil.....	33
Figura 17. Dados da porcentagem de acessibilidade do site.	33
Figura 18. Vídeo convite do Encontro Digital para Todos – sem imagem/com áudio34	
Figura 19. Vídeo convite do Encontro Digital para Todos – com imagem/sem áudio34	
Figura 20. <i>Posts</i> da semana de inclusão digital.....	35
Figura 21. <i>Post</i> da semana de inclusão digital com descrição de imagem.....	36
Figura 22. Vídeo convite do Encontro Digital para Todos – com imagem/com áudio/com intérprete.....	36
Figura 23. <i>Posts</i> da semana de inclusão digital.....	36
Figura 24. <i>Frame</i> do Encontro Digital “Acessibilidade digital: áudio descrição”.....	37
Figura 25. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: áudio descrição”.	37
Figura 26. <i>Frame</i> do Encontro Digital “Acessibilidade digital: tecnologia assistiva”.....	38
Figura 27. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: tecnologia assistiva”.....	38
Figura 28. <i>Frame</i> do Encontro Digital “Acessibilidade digital: intérprete de libras”.....	39

Figura 29. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: intérprete de libras”	39
Figura 30. <i>Frame</i> do Encontro Digital “Acessibilidade digital: descrição de imagem”	39
Figura 31. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: descrição de imagem”	40
Figura 32. Orientações para garantir a acessibilidade digital	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa/Problema de pesquisa.....	11
1.2	Objetivos	14
1.2.1	Objetivo Geral.....	14
1.2.2	Objetivos Específicos	14
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1	Cenário das pessoas com deficiência no Brasil.....	14
2.2	Deficiência visual.....	17
2.3	Deficiência auditiva.....	18
2.4	Políticas Públicas para pessoas com deficiência	19
2.5	Acessibilidade digital	20
2.5.1	Descrição de imagem.....	22
2.5.2	Intérprete de libras	24
2.5.3	Áudio descrição	25
3	METODOLOGIA.....	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1	Sobre o Grupo Mulheres do Brasil.....	27
4.2	Comitê de Inclusão da Pessoa com Deficiência do Grupo Mulheres do Brasil.....	28
4.3	Comunicação do Grupo Mulheres do Brasil: acessibilidade para a pessoa com deficiência visual e/ou auditiva.....	29
5	CAMPANHA: SEMANA DE INCLUSÃO DIGITAL.....	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
7	REFERÊNCIAS	43
8	ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais globalizado, com ampla oferta de produtos/serviços e concorrência cada vez maior, assim como um acesso mais rápido à informação, as organizações necessitam estabelecer bons relacionamentos com diversos públicos de interesse para que obtenham maior sucesso em seus empreendimentos. Para Ferrari (2003, p.57), “existem valores intangíveis que implicitamente afetam as relações das empresas no mercado, seja global ou local. São eles a credibilidade, a reputação e os conceitos que os públicos possuem de uma empresa, hoje um de seus maiores legados”.

Neste contexto, as Relações Públicas têm papel fundamental, pois são responsáveis por desenvolver estratégias de comunicação, junto à administração, que trazem esses valores para a organização perante os seus públicos. Resumindo, hoje, as organizações que utilizam os serviços de indivíduos e empresas que praticam relações públicas reconhecem que relações públicas é uma importante função da administração. “Essas organizações entenderam que as relações públicas servem à organização pelo fato de serem o mecanismo de equilíbrio entre os interesses da organização e as pessoas que são afetadas pela organização”. (GRUNIG, 2003, p.71)

Pode-se inferir, então, que “as organizações são eficazes quando almejam e realizam objetivos que são relevantes para seus interesses e os de seus públicos estratégicos” (GRUNIG, 2003, p.74). Isso significa que as tomadas de decisão por parte da organização e sua administração devem levar em consideração o relacionamento com os demais públicos, e como seu posicionamento e suas ações podem afetá-los.

Para que isso ocorra, perfazem o conjunto de atividades das Relações Públicas, estudar e desenvolver estratégias de Comunicação, as quais colaboram para o estreitamento dos laços da organização com os seus públicos e, conseqüentemente, propiciar uma percepção positiva a respeito dela.

Finalmente, cabe ressaltar que, tanto nas práticas educacionais, quanto culturais/interculturais, e comunicacionais, especialmente no âmbito das Relações Públicas, é fundamental adotarmos uma postura dialógica (BAKHTIN, 2014), pautada pelo diálogo e o respeito entre sujeitos, grupos sociais ou públicos estratégicos envolvidos, haja vista que vivemos numa sociedade altamente complexa, marcada por uma diversidade inumerável de experiências e existências constituintes dos processos intersubjetivos que mediam realidades e relacionamentos.

Neste mesmo âmbito surge também o ativismo, o qual é um fenômeno social, isto é, comportamentos, ações e situações que observamos em um determinado grupo, seja em uma sociedade seja em uma organização. Ele está associado às Relações Públicas, uma vez que envolve relacionamentos entre públicos, seja de uma organização com os ativistas, seja do governo com os ativistas. Para se obter êxito, é necessário que haja diálogo e colaboração entre eles. São importantes o equilíbrio de interesses e a comunicação, tornando-se essenciais a este processo.

O ativismo é retratado por Diani (apud SRIRAMESH, VERSIC; 1992) como “uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, envolvidos em conflitos políticos, culturais, sobre a base de identidades coletivas compartilhadas”. Isso significa que, para a existência do ativismo, deve-se ter um estímulo, pois ele atua como uma resposta coletiva de um conflito, uma “indignação”, “pensamento” ou “valorização” de um determinado objeto sociológico. Logo, o ativismo nada mais é que um conjunto de indivíduos que se une por um interesse comum, uma causa.

1.1 Justificativa/Problema de pesquisa

No Estado democrático de direitos, o atendimento aos direitos humanos dos indivíduos é considerado fundamental para a manutenção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Como defende o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de abril de 2004, "a democracia não se reduz ao ato eleitoral, mas requer eficiência, transparência e qualidade das instituições públicas, bem como uma cultura que aceite a legitimidade da oposição política e reconheça e advogue pelos direitos de todos" (PNUD, 2004, p. 23 *apud* BAQUERO, 2008, p.23), nesse sentido, a legitimidade do sistema democrático depende, dentre outros fatores, da manutenção do direito de todos.

Porém, como ressalta a versão de 2016 desse relatório, o acesso aos direitos humanos é mais fragilizado para aqueles que possuem menos vantagens financeiras por, muitas vezes, não possuírem nenhum acesso à informação, o que danifica até mesmo o exercício de sua cidadania e sua participação política na sociedade.

Dessa forma se torna fundamental o resgate contínuo da discussão e visibilidade sobre a situação presente de tais direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), remonta um resgate da Declaração Universal dos Direitos dos Homens da Revolução Francesa, que visava instituir direitos humanos universais. Nessa adoção e atualização feita pela ONU, diversos direitos cujas

garantias são historicamente defendidas como uma obrigação do Estado ficaram em evidência como o direito à vida, liberdade, igualdade perante a lei e propriedade (UNIC Rio, 2009, p. 04-11). Tais direitos foram adotados também pelo Brasil, não apenas como um dos signatários da ONU, mas também na própria Constituição de 1988.

Conhecida como “a constituição cidadã”, a Constituição de 1988 estabelece os direitos e deveres básicos para a plenitude da cidadania em suas dimensões cívica e civil. De acordo com Fábio Reis, tais dimensões - cívica e civil - da cidadania possuem diferentes funções, a primeira se concretiza com uma visão coletivizada acerca dos deveres do cidadão perante a comunidade, enquanto a segunda reflete um caráter privado, se referindo ao indivíduo como responsável pela exigência de seus direitos individuais (REIS, 2001, p. 7-8).

A cidadania, assim, é aqui definida por um conjunto da autodeterminação do indivíduo, o civil, e a ideia do coletivo, que se expressa no cívico. Se trata portanto, do reconhecimento do poder individual de organização e exigência do cumprimento de direitos bem como o respeito aos deveres. Dessa forma, a deficiência no pleno reconhecimento de uma dessas dimensões interfere na possibilidade da própria sustentação da democracia, pois marginaliza determinados indivíduos das condições que permitiriam sua participação no sistema político democrático.

Dentre os direitos humanos presentes tanto na constituição brasileira quanto em documentos internacionais, ressaltamos o direito das pessoas com deficiência, que representam uma parcela representativa da população, em especial no Brasil. A inclusão dessas pessoas na sociedade como um todo é um processo recente, que vem crescendo, principalmente após o progresso tecnológico, que trouxe como consequência a evolução da tecnologia assistiva, recursos que beneficiam e contribuem para melhorar as habilidades das pessoas com deficiência em atividades cotidianas.

Na obra “Por outra comunicação”, Manuel Castells apresenta uma abordagem da sociedade atual, sobretudo sobre o grande avanço das tecnologias, com destaque para a internet e as redes que se formaram a partir de sua ascensão. Podemos verificar uma série de consequências ocasionadas por este fenômeno, como por exemplo um grande aumento no fluxo informativo e na abrangência de possibilidades de trocas, sejam elas relacionadas ao trabalho, aos estudos, entre outros.

A utilização das redes virtuais tornou-se um fator essencial no dia-a-dia de grande parte da população. Castells (2003) defende que, por mais que haja um afastamento físico das pessoas, a Internet traz uma sociabilidade entre elas, pois ela é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização

(CASTELLS; 2003). É através dela que estamos formando laços, que podem facilitar a comunicação interpessoal. O fator flexibilidade se torna cada vez mais importante de modo que, cada vez mais, o encontro físico, especialmente de um grande número de indivíduos, se torna mais difícil, devido à falta de disponibilidade. Podemos citar aqui também uma aceleração em decorrência da pandemia do COVID-19, e o consequente distanciamento social, o que levou muitas empresas a voltarem suas atividades para o virtual.

Com isso, podemos perceber que, para atingir uma maior participação, a mudança para o meio digital, facilita um maior engajamento de pessoas, as quais podem ser abordadas seja em tomadas de decisões, seja apenas em receber informações. Além disso, uma das vantagens de sua utilização é o poder da interatividade, ou seja, há uma possibilidade de resposta imediata, de poder compartilhar e expor opiniões.

De acordo com a pesquisa feita pela TIC Domicílios em 2019, no Brasil, temos mais de 134 milhões de usuários de internet, sejam em dispositivos mobile ou desktop. Isso demonstra que três em cada quatro brasileiros utilizam serviços online. Ademais, o Brasil, segundo pesquisa da Comscore de 2020, possui o maior índice de penetração de conteúdo pelas redes sociais. Houve um crescimento de interações nas principais redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, em relação ao ano anterior, sobretudo em conteúdos relacionados à educação (+60%) e finanças (+47%).

Esses números só demonstram a importância e o rápido crescimento da internet e de tudo que ela possibilita. Entretanto, quando falamos das pessoas com deficiência, o ambiente virtual acaba por não se tornar tão inclusivo. E não por conta da tecnologia, mas sim das pessoas, organizações e, até mesmo por parte do governo, acabam acabam por esquecerem deste público.

Atualmente, segundo dados do Movimento Web Para Todos, criado em 2017, sendo um dos principais portais dedicados à mobilização social para a causa de acessibilidade digital, menos de 1% dos sites registrados no Brasil passaram em testes de acessibilidade digital. Em outras palavras, mais de 99% dos sites registrados apresentaram falha que resultou em uma dificuldade na navegação online de uma pessoa com deficiência.

Essa exclusão social pode ser corrigida com algumas orientações, em geral, simples, que não demandam um alto investimento, mas que, com toda certeza, farão diferença na vida das pessoas com deficiência. Podemos citar aqui como exemplo, os recursos utilizados por pessoas com deficiência visual, como o leitor de tela, que necessita da descrição de imagem, ou a utilização de legendas em vídeos publicados nas redes sociais, para a inclusão de pessoas com deficiência auditiva.

Diante das circunstâncias apresentadas neste documento, a partir da análise do site e canais de comunicação, como se avalia a acessibilidade digital? A comunicação da organização é inclusiva? Quais orientações podem fazer com que haja uma melhora na inclusão digital da pessoa com deficiência?

1.2 Objetivos

Abaixo serão descritos os objetivos geral e específicos deste trabalho de conclusão de curso.

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer as práticas de comunicação da organização Grupo Mulheres do Brasil que garantem a inclusão da pessoa com deficiência visual e/ou auditiva.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conceituar os três pilares da acessibilidade digital: descrição de imagem, intérprete de libras e áudio descrição.
- Analisar os pontos positivos do trabalho já realizado pelo Grupo Mulheres do Brasil em relação à acessibilidade digital e identificar os pontos que ainda devem ser trabalhados.
- Compilar as principais orientações de como tornar a comunicação mais acessível para pessoas com deficiência visual e/ou auditiva.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste tópico faz-se uma extensa revisão atual da literatura pertinente ao tema da monografia, que permitirá na discussão a comparação e corroboração (ou não) dos resultados.

2.1 Cenário das pessoas com deficiência no Brasil

Figura 1. Dados sobre pessoas com deficiência no Brasil.



Fonte: Censo Brasileiro 2010

De acordo com dados do Censo de 2010 (releitura), estima-se que no Brasil existam mais de 15.750.000 pessoas com deficiência, com grande dificuldade ou que não conseguem de maneira alguma enxergar, ouvir ou caminhar, o que equivale a 7,58% de toda a população brasileira. Se levarmos em conta casos mais leves em que há pelo menos alguma dificuldade visual, auditiva e motora, esse número cresce para 45.600.000 pessoas com deficiência, ou seja, quase 22% da população brasileira.

Uma pessoa com deficiência

É aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com um ou mais barreiras, tenha obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Entende-se como impedimento de longo prazo, uma incapacidade de, pelo menos, 2 anos e a avaliação desta incapacidade, quando necessária, deverá ser biopsicossocial, envolvendo uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. (GUIMARÃES; 2019; p.6)

A classificação das deficiências pode se dar da seguinte maneira: visual, física, auditiva e intelectual, conforme figura abaixo. Em nosso país, há predominância de pessoas com deficiência visual, sendo ela total ou parcial.

Figura 2. Tipos de deficiência.

TIPOS DE DEFICIÊNCIA	QUANTAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
DEFICIÊNCIA VISUAL 	SÃO MAIS DE 6 MILHÕES DE PESSOAS.
DEFICIÊNCIA FÍSICA 	SÃO MAIS DE 4 MILHÕES DE PESSOAS.
DEFICIÊNCIA AUDITIVA 	SÃO MAIS DE 2 MILHÕES DE PESSOAS.
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 	SÃO MAIS DE 2 MILHÕES DE PESSOAS.

Fonte: Conhecer para incluir a pessoa com deficiência

No Brasil, o órgão responsável pelos investimentos, captação e repasse para organizações dedicadas às pessoas com deficiência é o PRONAS – Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência. Em 2020, ele recebeu, aproximadamente, R\$ 35 milhões de reais, 71% a menos que no ano anterior.

Em relação à questão da empregabilidade, menos de 450 mil pessoas com deficiência estão empregadas, conforme pesquisa feita pelo IBGE em 2013, o que corresponde a menos de 1% dos empregos formais do País. Com a lei que exige cotas para vagas de emprego exclusivas às pessoas com deficiência, este número vem lentamente aumentando. Muitas empresas utilizam como justificativa para a não contratação de pessoas com deficiência o fato de terem que adequar suas atividades e o próprio ambiente de trabalho.

No contexto da arquitetura acessível, também temos muito que melhorar no Brasil. O conceito de desenho universal ainda é recente e sem grande reconhecimento, mas espera-se




uma melhora nos próximos anos, com adaptações de calçadas, prédios, ruas, na construção, em geral, proporcionando uma maior e melhor acessibilidade a esta classe social.

Nos três exemplos citados acima, investimento governamental, empregabilidade e arquitetura, precisam ser aperfeiçoados. Em especial, após a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, pudemos enxergar mudanças benéficas, mas ainda há muito a ser trabalhado para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência.

2.2 Deficiência visual

A deficiência visual ocorre quando uma doença ocular afeta o sistema visual em uma ou mais funções visuais. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; 2021). É a principal deficiência dos brasileiros. Ela pode ser classificada pela acuidade visual, ou seja, medida da capacidade funcional da visão. Pode ser calculada pela distância que o olho testado consegue enxergar; dividido pela distância que um olho normal saudável enxerga.

Figura 3. Categorias da deficiência visual.

Categoria		Acuidade visual no olho melhor	
		Pior que:	Igual ou melhor que:
Deficiência visual leve		6/12	6/18
Deficiência visual moderada		6/18	6/60
Deficiência visual grave		6/60	3/60
Cegueira		3/60	
Deficiência visual de perto		N6 ou M 0,8 a 40cm	

Fonte: Relatório Mundial sobre a Visão

As pessoas com deficiência podem encontrar dificuldade até mesmo em atividades diárias, como verificar preços, leitura de placas, trabalhos domésticos, entre outros.

Já no meio virtual, segundo o manual desenvolvido por Salton, Agnol, Turcatti (2017; p. 29), verificamos que as principais barreiras que pessoas com deficiência visual são:

- Imagens sem descrição (texto alternativo);
- Imagens complexas, como gráficos, sem alternativa em texto;
- Vídeos sem alternativa em áudio ou em texto;
- Funcionalidades que não funcionam pelo teclado;

- Sequência de navegação confusa ou incorreta via teclado;
- Tabelas que não fazem sentido quando lidas linearmente;
- Formulários ou questionários sem sequência lógica de navegação;
- Conteúdos muito longos sem a existência de um sumário com hiperlinks;
- Presença de CAPTCHA (recurso utilizado para diferenciar humanos de robôs, onde a pessoa deve identificar o conteúdo de uma imagem distorcida) sem alternativa em forma de áudio;
- Cores ou outros efeitos visuais utilizados como única forma para diferenciar ou transmitir informações relevantes;
- Como o meio digital é extremamente visual, as pessoas cegas costumam encontrar inúmeras barreiras de acesso e utilização de documentos, sites e sistemas.

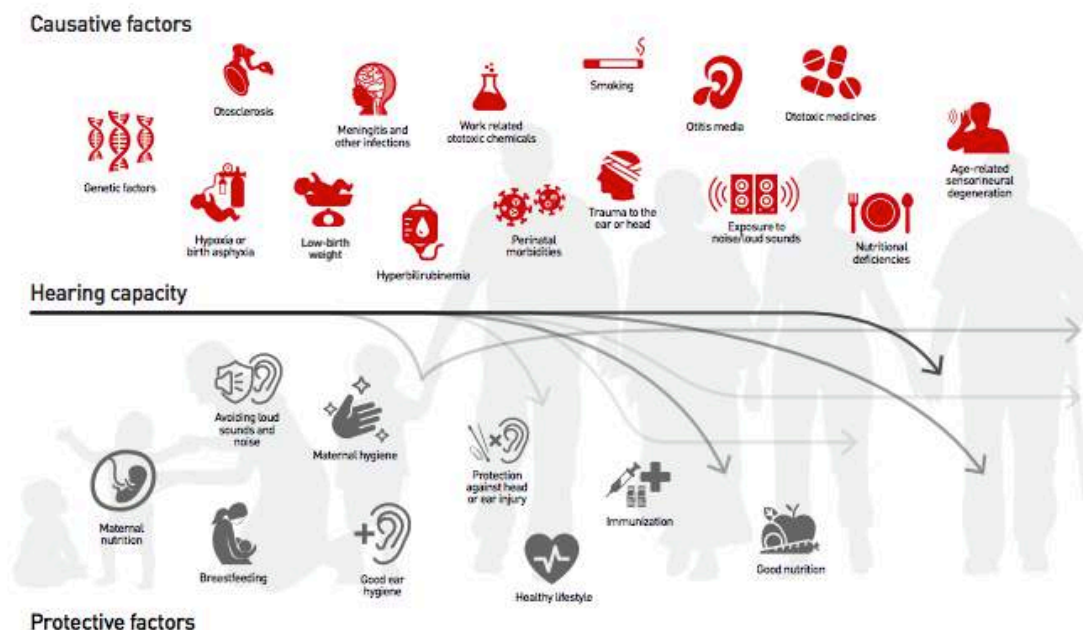
2.3 Deficiência auditiva

“A surdez é considerada uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação e que, por consequência, altera-se a qualidade na relação em que o indivíduo surdo estabelece com o meio.” (ILES, OLIVEIRA, SANTOS, LEMOS; 2019; p.6). A deficiência auditiva, até mesmo causada pela falta de informação e prevenção/tratamento precoce é uma das que mais cresce.

Em crianças, quase 60% da perda auditiva pode ser evitada por meio de medidas como imunização para prevenção da rubéola e meningite, melhoria da atenção materna e neonatal e triagem e tratamento precoce de otite média - doenças inflamatórias do ouvido médio. Em adultos, o controle de ruído, a escuta segura e a vigilância de medicamentos ototóxicos, juntamente com uma boa higiene do ouvido, podem ajudar a manter uma boa audição e reduzir o potencial de perda auditiva. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; 2021)

Mas não é isso que está acontecendo. Muitos acabam por desenvolver um problema de audição, que podem ser originados pela idade, genética, doenças, fatores ambientais, nutrição, medicamentos, entre outros, os quais podem ser permanentes ou não, dependendo da gravidade.

Figura 4. Causadores e protetores da perda de audição.

Figure 1.1 Hearing across the life course

Fonte: Relatório Mundial sobre a Audição

No manual desenvolvido por Salton, Agnol, Turcatti (2017; p. 26), verificamos que as principais barreiras que pessoas com deficiência auditiva encontram no meio virtual são:

- Áudio que não oferece opção para aumentar o volume;
- Áudio e vídeo sem legenda, transcrição em texto e Libras;
- Ausência de Libras ou imagens suplementares relacionadas ao conteúdo do texto (isso dificulta a compreensão por pessoas que têm a Libras como primeira língua);
- Ausência de linguagem simples e clara.

2.4 Políticas Públicas para pessoas com deficiência

Política pública é um processo, que consiste de programas, ações, e decisões governamentais, regrado, que visa assegurar direitos aos cidadãos.

Segundo Cecchi (2013), “uma política pública apresenta dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema públicos; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.”

A vitória mais recente no que se diz respeito à inclusão da pessoa com deficiência no Brasil foi a aprovação em junho de 2015 do projeto que instituiu o Estatuto da Pessoa com

Deficiência, sendo sancionada em julho a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei 13.146/15 (BRASIL, 2015). Por meio dela, ficou garantido uma série de direitos às pessoas com deficiência em várias áreas de políticas públicas como educação, trabalho, reabilitação, moradia, tecnologia, entre outras.

Figura 5. Informações mais relevantes sobre a LBI – Lei Brasileira de Inclusão.



Fonte: Estadão

Este Estatuto exigiu adaptações razoáveis, que seriam “modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais”. (BRASIL, 2015).

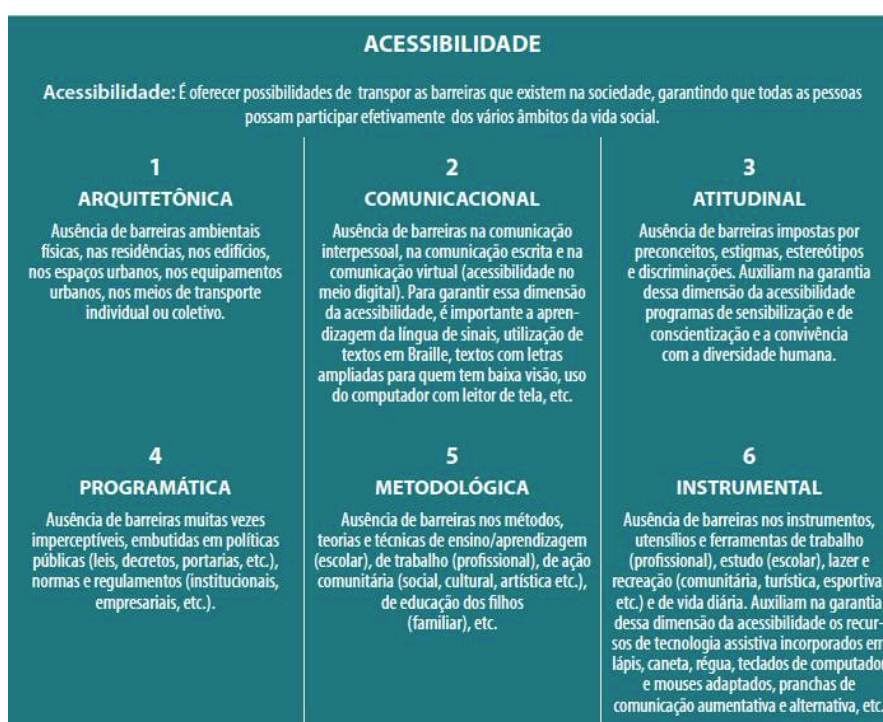
2.5 Acessibilidade digital

Acessibilidade é a possibilidade de qualquer pessoa acessar e utilizar com autonomia e segurança um lugar, serviço, produto, informação, tecnologia, mobiliário e afins. A acessibilidade está em todos os setores da sociedade, ou seja, é o direito que garante à pessoa

com deficiência viver de forma independente, exercendo seus direitos de cidadania e participação social. (GUIMARÃES; 2019; p.7) Resumindo, ela oferece “possibilidades de transpor as barreiras que existem na sociedade, garantindo que todas as pessoas possam participar dos diversos âmbitos sociais. (SALTON, AGNOL, TURCATTI; 2017; p. 11)

A acessibilidade pode ser dividida em seis categorias, sendo a acessibilidade digital incluída na acessibilidade comunicacional, uma vez que é a possibilidade da pessoa com deficiência conseguir utilizar o meio virtual, sem que haja uma dificuldade causada por conta de sua deficiência.

Figura 6. Tipos de acessibilidade.



Fonte: Manual de acessibilidade em documentos digitais

Quando questionada sobre a importância da acessibilidade digital para as pessoas com deficiência, a entrevistada Terezinha Salamanca, líder do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência do Grupo Mulheres do Brasil, citou que, para garantir a acessibilidade e o desenvolvimento de ambientes e materiais digitais mais inclusivos isso, é necessário conhecer quem são essas pessoas, como acessam o meio digital, quais tipos de adequações ou recursos podem ajudá-las nesse processo, e quais as barreiras que podem dificultar ou impossibilitar seu acesso. A líder do Comitê da Inclusão da pessoa com deficiência do Grupo Mulheres do Brasil, Marinalva Cruz, complementou que acessibilidade não é bom apenas para quem tem

alguma deficiência, é bom para todas as pessoas e que o Brasil ainda precisa investir no acesso a internet e garantir que todos os brasileiros sejam incluídos digitalmente.

As barreiras, isto é, todos os entraves, obstáculos, atitudes e comportamentos que limitam ou impeçam a participação social da pessoa com deficiência podem ser classificadas, segundo Guimarães (2019; p.8), em cinco categorias:

- Urbanísticas: são os obstáculos nas vias públicas e privadas abertos ao público ou de uso coletivo, ou seja, nas ruas, avenidas ou caminhos.
- Arquitetônicas: são os obstáculos nos edifícios públicos e privados.
- Nas comunicações: são obstáculos, atitudes ou comportamento que dificulte ou impossibilite a comunicação, a mensagem ou a informação.
- Atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas.
- Tecnológicas: são os obstáculos que dificultem a pessoa com deficiência de acessar as tecnologias.
- Transportes: são os obstáculos nos sistemas e meios de transporte.

Figura 7. Barreiras para pessoas com deficiência.



Fonte: Manual de acessibilidade em documentos digitais

2.5.1 Descrição de imagem

Quem navega pela internet, sabe o quanto são importantes as imagens, fotos, pinturas, gráficos, infográficos, mapas, ilustrações, etc. para complementar ou facilitar a compreensão. O problema é que nem sempre esses elementos gráficos estão habilitados nos leitores digitais, fazendo com que importantes informações sejam perdidas pelos deficientes visuais. Os deficientes visuais e cegos se deparam com a barreira na comunicação quando necessitam ler um livro ou qualquer recurso visual, por isso devemos propiciar medidas e ações que promovam a autonomia e igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A solução para mudar isso é descrever textualmente todas as imagens, acabando com essa exclusão e proporcionando a inclusão das pessoas com deficiência visual. Promover a inclusão é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos, combatendo a segregação social e viabilizando a democratização de diversos espaços e serviços para quem por algum motivo é privado deles.

“A descrição de imagens consiste em transformar imagens, figuras, fotografias, tabelas, gráficos, entre outros recursos visuais, em palavras. O que se torna um valioso e indispensável aliado para os alunos deficientes visuais e/ou cegos.” (CARVALHO, SOUZA, ALVES, LIMA, LEONEL; 2017)

Segundo os mesmos autores, “as imagens têm como finalidade explicar, exemplificar e complementar a intenção do autor do conteúdo escrito, o recurso da descrição de imagens se faz indispensável para a plena aquisição do conhecimento para os deficientes visuais e cegos.” A Descrição de Imagem é imprescindível para as pessoas com deficiência visual. E já existem estudos que relatam seus benefícios para idosos, disléxicos e pessoas com deficiência intelectual.

Para realizar a descrição de imagem, é necessária a utilização do Texto Alternativo, que seria um recurso presente nas principais plataformas digitais em que o texto é colocado junto à imagem, pois o leitor de tela, muito utilizado pelas pessoas com deficiência visual consegue captar esse texto. Ou também, uma outra maneira de realizar a descrição é acrescentando no final de seu texto a hashtag #PraTodosVerem ou #PraCegoVer, parte de uma forte campanha online.

A principais orientações em relação à descrição de imagem são:

- Comece a descrição da maneira que somos acostumados a ler: da esquerda para a direita, de cima para baixo. Lembrando-se sempre de pontuar onde está cada elemento: se está no centro, na direita ou esquerda, em cima ou embaixo.

- Observe o contexto em que a imagem está inserida para saber o que deve ou não deve constar na descrição. Na maioria das vezes, o que importa é a informação da imagem. Assim, deve-se evitar descrições muito detalhadas. Contudo, em alguns contextos específicos será importante fornecer também os detalhes da composição e estrutura da imagem.
- Verifique se a imagem passa algum conteúdo relevante ou se é apenas decorativa. Se os detalhes forem puramente decorativos, sem acrescentar conteúdo ao texto, evite a descrição.
- Utilize pontuação e acentuação adequadas em todas as frases, assim como a ortografia correta, pois isso evita que o leitor de tela se confunda durante a leitura do texto.
- Mesmo que as redes sociais tenham o recurso de Texto Alternativo, é interessante que se coloque a hashtag #descriçãodaimagem na legenda, ao final do texto principal, como nos exemplos a seguir, pois enquanto o cego total usa leitor de tela para o Texto Alternativo, nem todos os deficientes visuais de baixa visão utilizam esses recursos, pois eles têm graus diferentes de limitações que farão com que vejam a imagem de forma muito particular. A utilização da hashtag #descriçãodaimagem dará a todos a noção real da imagem.
- Em caso de pronomes neutros (ex.: todes, todxs), embora já se busque a padronização para a LETRA “E”, eventualmente poderá ocorrer de, na arte, o pronome neutro ser identificado com a LETRA “X” (ex.: todxs). Neste caso, mesmo que na imagem a palavra esteja escrita com o “X”, a descrição deverá ser feita com a LETRA “E”, pois nessa situação os leitores de tela usados pelos deficientes visuais não fazem a leitura correta da LETRA “X”.

2.5.2 Intérprete de libras

A língua, segundo Ianni (2000), é, simultaneamente, produto e condição social, ou seja, ela necessita de seus falantes, pois sem eles ela não existiria, além de possuir o poder de determinar o nível de inclusão das pessoas surdas, surdo-cegas e até mesmo para pessoas surdas que não possuem braços dentro da sociedade. Ademais, Bakhtin (2002) complementa que “a língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores”. Isso significa que a relação entre a língua e seus falantes é uma relação mutualística: um não pode viver sem o outro.

Segundo Bakhtin, a palavra é o modo mais sensível e puro de relação social. Resumindo,

Nenhuma palavra flutua solta no espaço e no tempo, solitária, carente. Tanto se articula com outras como se enraíza mais ou

menos densamente na vida de uns e outros. A palavra sempre será o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. (IANNI; 2000).

A linguagem é uma “ferramenta social” que está inserida dentro de uma cultura, a qual é o universo no qual se constitui a língua, sob todas as suas modalidades (IANNI; 2000). A cultura, complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, mas também em sociedade, é, pois, diferente em cada país, em cada região.

Por isso, devemos considerar a Libras uma língua e não uma linguagem. Para a população que possui uma deficiência auditiva, é assim que ela é denominada, a língua brasileira oficial de sinais.

A libras muitas vezes é a língua materna da grande maioria da população surda, que inclusive, pode apresentar problemas com a língua portuguesa e, até mesmo, desconhecê-la. Por isso, é importante que haja, sempre que possível, um intérprete de libras para que a comunicação seja mais inclusiva. E isso também deve ocorrer no ambiente digital. Atualmente, foram desenvolvidos softwares e aplicativos que incluem *bots* e bonecos virtuais para realizar a tradução virtual para a língua brasileira de sinais.

2.5.3 Áudio descrição

A áudio descrição é considerada uma tradução, mas não entre línguas. Ocorre entre meios semióticos diferentes, do visual para o verbal/oral, sendo uma tradução audiovisual intersemiótica. “Trata-se, portanto, de uma narração que é inserida nos espaços em que o texto audiovisual não apresenta elementos acústicos e que descreve aquilo que se vê” (MEDEIROS, 2012, p. 21 *apud* SCORALIK, 2020, p.94).

A áudio descrição é necessária mesmo quando há intérprete de libras, uma vez que podem haver pessoas que não nasceram com perda total auditiva, mas sim que tiveram sua audição prejudicada repentinamente ou gradativamente. Em muitos desses casos, pode haver um desconhecimento da Libras, tornando a áudio descrição essencial.

Segundo SEOANE, ARAÚJO (2011, p.44) “audiodescrever qualquer cena por completo é uma tarefa impossível. O audiodescritor precisa fazer escolhas e tomar decisões que reduzam ao máximo as perdas sofridas pelo deficiente visual em relação ao entendimento do filme/vídeo”. No caso de imagens estáticas, essa perda não ocorre.

A áudio descrição “amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos; espetáculos tais como musicais, espetáculos de dança, circo, peças de teatro, shows, standups; produtos audiovisuais e programas de televisão”. (MOTTA; 2016; p.37 *apud* SANTOS, CAVALCANTE; 2021; p.90).

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica em torno do tema central: acessibilidade digital. Posteriormente, haverá uma análise de como o tema é tratado dentro da organização não governamental, Grupo Mulheres do Brasil.

O método de pesquisa escolhido foi a qualitativa, cujo principal objetivo é entender a explicação de fenômenos. Ou seja, há subjetividades e nuances que não são quantificáveis. Isso significa que o formato de tabulação dos dados estudados é menos rígido, sendo a interpretação das respostas coletadas na entrevista realizada feita pela própria pesquisadora.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), “a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”.

Ademais, para fundamentação e levantamento bibliográfico, foi necessário a utilização da pesquisa exploratória que, conforme Gil (2002), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Para a revisão bibliográfica, foram utilizados os três tipos de fontes de pesquisa: primário (relatórios técnicos e artigos), secundário (livros e manuais) e terciários (bibliografias e resumos).

Serão apresentados também análises de publicações do Workplace do Grupo Mulheres do Brasil, principal ferramenta de tecnologia que todas as voluntárias utilizam para se comunicar, divulgar e trabalhar para a organização. E alguns exemplos de *lives* realizadas no canal oficial do YouTube do Grupo Mulheres do Brasil.

Por fim, duas entrevistas serão feitas por *email*, uma vez que estamos com dificuldades advindas da pandemia. As entrevistadas foram Marinalva Cruz e Terezinha

Salamanca, ambas líderes do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência do Núcleo Central (São Paulo/SP) do Grupo Mulheres do Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo iremos discorrer sobre como atua o Grupo Mulheres do Brasil no âmbito da acessibilidade digital.

4.1 Sobre o Grupo Mulheres do Brasil

Figura 8. Logo do Grupo Mulheres do Brasil.



Fonte: Site do Grupo Mulheres do Brasil

O Grupo Mulheres do Brasil, ONG fundada em outubro de 2013, é um movimento suprapartidário, presidido pela empresária Luiza Helena Trajano, também presidente do Conselho do Magazine Luiza, que reúne mais de 92 mil mulheres que trabalham voluntariamente “na construção de um Brasil melhor”. A sua diretoria conta com nomes como Chieko Aoki, presidente da Blue Tree Hotels, Sônia Hess, ex-CEO da Dudalina, Rosemary Schettini, fundadora da FEDUC (Faculdade do Educador), Glória Brunetti, diretora infectologista do hospital Emílio Ribas, Cristina Potomati e Angélica Potomati, presidente e diretora, respectivamente, da Lukscolor e Rachel Maia, ex-CEO de empresas como Lacoste e Pandora.

É organizado em Núcleos localizados em diversas cidades brasileiras e também no exterior, que trabalham individualmente em suas regiões e em conjunto com outros Núcleos em ações globais. Atualmente conta com 156 Núcleos, sendo 118 no Brasil e 38 internacionais.

Na prática, busca conectar pessoas para “fazer acontecer”, conforme diz a CEO do Grupo, Marisa Cesar. Com esse propósito, atua em causas sociais, políticas e econômicas, apoiando projetos já existentes e criando iniciativas que promovem a transformação do nosso país.

E, para isso, atua em áreas que consideram prioritárias, não apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade brasileira. O Grupo e seus Núcleos trabalham em comitês temáticos voltados a essas áreas, com assuntos eleitos pelo Grupo, como 60+ (trabalho com idosos - pessoas com idade superior a 60 anos), 80 em 8 (cotas para mulheres em conselhos administrativos privados), agronegócio, combate à violência contra a mulher, conexão bairros e comunidade (trabalho nas periferias e comunidades), cultura, educação, empreendedorismo, esporte, igualdade racial, inclusão da pessoa com deficiência, inserção de refugiados, Meninas do Brasil (trabalho feito por e para jovens de até 25 anos), mundo digital (trabalho na inclusão no meio virtual), políticas públicas, saúde, sustentabilidade, e vozes (palestras com mulheres que tiveram sucesso em suas carreiras nas Universidades), além de outros de apoio que são comunicação, expansão e jurídico. Esses comitês trabalham ativamente na raiz das causas a que se propõem.

Entre as pautas prioritárias do Grupo Mulheres do Brasil estão a valorização da Educação – um direito fundamental da cidadania; o combate à violência contra a mulher – é inadmissível que uma mulher seja vítima de feminicídio a cada duas horas em nosso país; igualdade racial – o racismo estrutural é um problema de toda a sociedade; defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e públicas.

4.2 Comitê de Inclusão da Pessoa com Deficiência do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 9. Logo do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência.



Fonte: Site do Grupo Mulheres do Brasil

O Comitê de Inclusão da Pessoa com Deficiência do Núcleo São Paulo, iniciou suas atividades em agosto de 2018. Hoje, com 1.900 membros cadastrados no grupo, tendo muitas pessoas ativas, ou seja, que tem interação com as postagens diárias sobre a causa, o Comitê

possui informações, leis, eventos, orientações e datas comemorativas, sobre deficiências e que no Workplace, tornando este canal em uma importante biblioteca para consultas quando necessário.

O objetivo do comitê é:

- Trabalhar a conscientização e informar em causas de pessoas com deficiências;
- Ser um suporte técnico para outros Comitês do Grupo Mulheres do Brasil.

A atuação gira em torno de programas de políticas públicas inclusivas nos campos da educação, das artes e da cultura e mercado de trabalho em benefício das pessoas com deficiência.

O desejo do Comitê é dar projeção às dificuldades desta parcela da população e, ao mesmo tempo, oferecer soluções para reduzir a desigualdade de oportunidades e a falta de acesso a serviços.

Há constante interação com os Núcleos de Campinas, Barueri, Sorocaba, Recife, Alemanha, e com o propósito de ampliação cada vez mais em prol de ações e causas voltadas às pessoas com deficiência.

Em 2021, o Comitê firmou uma parceria de cooperação com o município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) e do Grupo Mulheres do Brasil, tendo por objetivo a colaboração institucional, visando o desenvolvimento de ações com foco em políticas públicas inclusivas e eliminação das barreiras arquitetônicas, urbanísticas, digitais, comunicacionais e atitudinais para real inclusão das pessoas com deficiência.

Através desta parceria, o Comitê irá desenvolver vídeos aulas e aplicar cursos utilizando o material de treinamento da SMPED com os temas abaixo:

1. Conhecer para incluir a Pessoa com Deficiência;
2. Desenho Universal e Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística;
3. Acessibilidade Digital e Comunicacional.

4.3 Comunicação do Grupo Mulheres do Brasil: acessibilidade para a pessoa com deficiência visual e/ou auditiva

O Grupo Mulheres do Brasil tem como principal ferramenta de comunicação interna o Workplace, isto é, uma plataforma digital que contém mais de 90.000 membros, que são voluntárias da ONG e a utilizam para divulgação, trabalho e comunicação.

No Workplace, com o incentivo do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência e da área de tecnologia do Grupo, a descrição de imagem tem sido bem utilizada. Quando pesquisamos a *hashtag* “#pracegover”, podemos identificar que foram realizadas 622 publicações com descrição de imagem, sendo, aproximadamente, dois terços delas publicadas desde 2020, o que demonstra um crescimento

Figura 10. Número de postagens com a *hashtag* “#pracegover” no Workplace.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Pode-se verificar abaixo três exemplos de publicações com descrição de imagem, sendo a primeira um evento relacionado aos Comitê de Esporte e o Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência. No segundo, há uma divulgação de uma reunião do movimento Unidos Pela Vacina, um movimento da sociedade civil que reúne centenas de entidades, empresas, associações e ONGs, com o único propósito de vacinar todos os brasileiros até setembro de 2021. O terceiro post foi feito pela própria Luiza Helena Trajano, presidente do Grupo Mulheres do Brasil, sobre o seu canal de YouTube.

Figura 11. Post de evento do Grupo Mulheres do Brasil.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 12. Post de reunião do Grupo Mulheres do Brasil.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 13. Post de divulgação do canal de YouTube da Luiza Helena Trajano.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Em relação à comunicação externa, foram verificados as três principais redes sociais do Grupo Mulheres do Brasil: Facebook, Instagram e YouTube, além do site institucional.

Nas duas primeiras redes sociais não foi encontrada nenhuma publicação acessível às pessoas com deficiência. A página do Facebook possui atualmente 19.332 curtidas, já o perfil oficial do Grupo Mulheres do Brasil apresenta mais de 180 mil seguidores.

No canal de YouTube, o qual contém quase 25.000 inscritos, foi possível localizar dentre os 377 vídeos ao vivo (*lives*), 16 vídeos contendo intérprete de libras. Nas figuras abaixo, temos como exemplo o Fórum Global do SUS e a Reunião de Portas Abertas, que é conduzida sempre pela presidente Luiza Helena Trajano e pela vice-presidente Sônia Hess. Essa é a reunião para acolher as novas mulheres que se cadastram e explicar o funcionamento do Grupo Mulheres do Brasil.

No caso da legenda, tanto no Workplace, quanto no Facebook e YouTube, as próprias ferramentas criam as legendas automaticamente.

Figura 14. *Frame de live do Grupo Mulheres do Brasil – Fórum Global do SUS.*



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 15. *Frame de live do Grupo Mulheres do Brasil – Portas Abertas.*



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

No que concerne ao site institucional (www.grupomulheresdobrasil.org.br), foi realizada uma ação conjunta entre o Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência, a área de tecnologia do Grupo Mulheres do Brasil e os desenvolvedores do LuizaLabs (área de tecnologia do Magazine Luiza), parceiros da ONG. No dia 26/05/2021, foi feita uma

avaliação do Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES), plataforma do governo que valida a acessibilidade, que identificou que o site do Grupo apresentava 84,82% de acessibilidade. Embora seja uma avaliação alta, o considerado resultado ideal para garantir a acessibilidade digital é de mais de 95%.

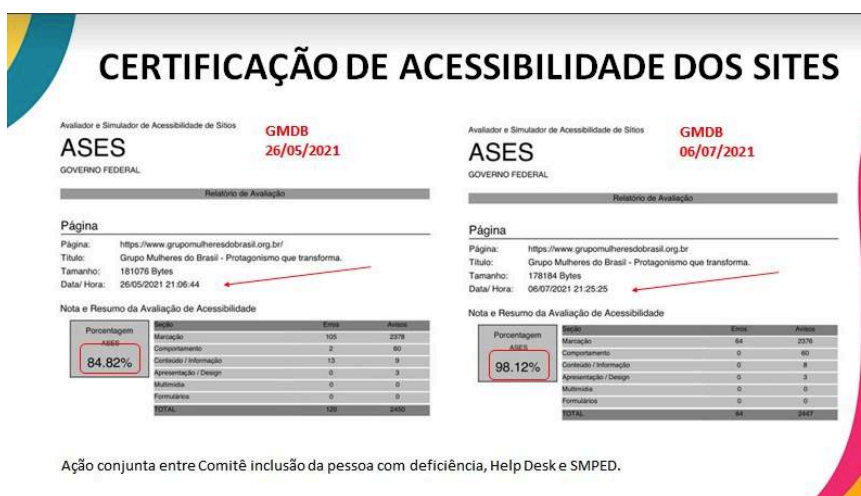
Nesta mesma avaliação, o ASES (<https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>) gera um relatório com todos os códigos e textos que devem ser modificados para que o leitor de tela consiga realizar a leitura de maneira correta. Após todo o trabalho desempenhado pelo Luiza Labs, em uma nova avaliação do dia 06/07/2021, o site teve uma melhora e agora possui 98,12% de acessibilidade. É importante ressaltar que este é um trabalho contínuo. Qualquer alteração realizada, seja ela na programação, seja no conteúdo pode alterar este resultado. Logo é importante destacar o papel da Comunicação e da Tecnologia.

Figura 16. Home do site do Grupo Mulheres do Brasil.



Fonte: Site do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 17. Dados da porcentagem de acessibilidade do site.



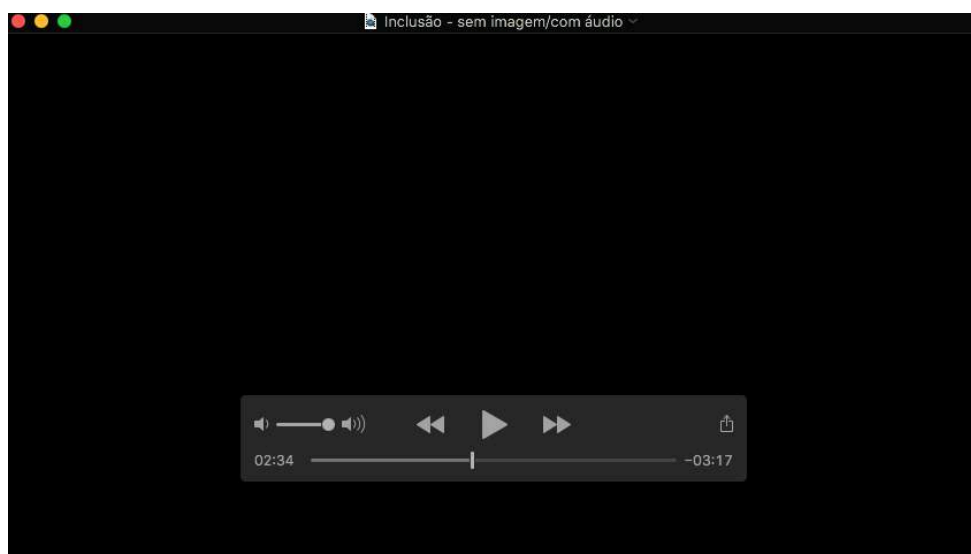
Fonte: Autoria própria

5 CAMPANHA: SEMANA DE INCLUSÃO DIGITAL

Em uma ação, liderada pela equipe de tecnologia, com a presença de Denise Ferreira, líder do Núcleo Campinas, Mônica Noronha, líder de Comunicação do Núcleo de Ribeirão Preto, Terezinha Salamanca, líder do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência, Eneida Rossi, líder do Comitê 60+ e Silvia Lamanna, responsável pelo Workplace do Grupo Mulheres do Brasil, foi desenvolvida uma campanha para conscientizar as lideranças da organização e as demais voluntárias em relação à inclusão digital.

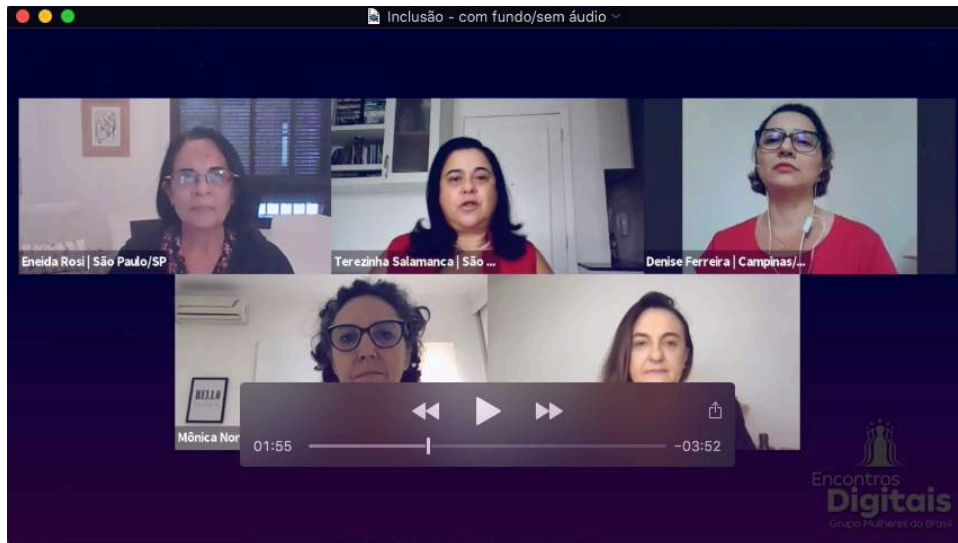
O primeiro passo foi o desenvolvimento dos convites para a divulgação da *live*. A partir do lema “transferência de constrangimento”, sugerido por Denise, foi denominado o evento como Encontros Digitais Para Todos. O intuito dos convites foi criar vídeos: o primeiro com imagem, mas sem áudio e o segundo sem imagem, mas com áudio, para conscientizar as pessoas do sentimento de quando você não consegue ouvir ou enxergar.

Figura 18. Vídeo convite do Encontro Digital para Todos – sem imagem/com áudio



Fonte: Autoria própria

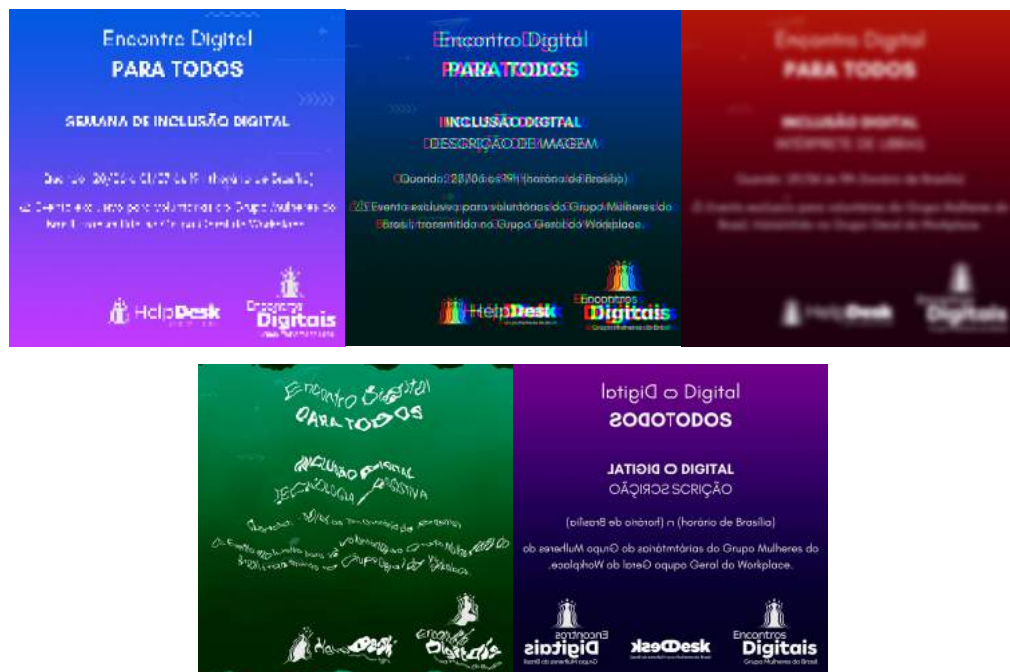
Figura 19. Vídeo convite do Encontro Digital para Todos – com imagem/sem áudio



Fonte: Autoria própria

Além dos vídeos, foram criados posts para serem divulgados no Workplace, todos com o propósito de fazer com que as pessoas não conseguissem enxergar as informações. A mesma sensação de uma pessoa com deficiência visual sem a descrição de imagem.

Figura 20. Posts da semana de inclusão digital.



Fonte: Autoria própria

Após uma semana, foram divulgados os convites com a acessibilidade digital garantida, com os três pilares: descrição de imagem, intérprete de libras e áudio descrição.

Figura 21. *Post* da semana de inclusão digital com descrição de imagem.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 22. Vídeo convite do Encontro Digital para Todos – com imagem/com áudio/com intérprete.



Fonte: Autoria própria

Figura 23. *Posts* da semana de inclusão digital.





Fonte: Autoria própria

Na semana dos dias 28/06/21 a 01/07/21 foram realizados os Encontros Digitais, com duração de 30 minutos cada. Em cada dia dos Encontros Digitais, foi escolhido um tema: os três pilares e a tecnologia assistiva. No primeiro dia, a convidada foi Simone Freire, do Movimento Web Para Todos, que discursou sobre a descrição de imagem. No segundo, a convidada foi Patrícia Senise, da HandTalk, que explicou sobre a importância da intérprete de libras. No terceiro dia, o convidado foi Leandro Pólito, da Google, usuário de tecnologias assistivas, discorrer sobre este tema. E, por último, a Bell Machado, profissional dedicada a áudio descrição de artes e cinema.

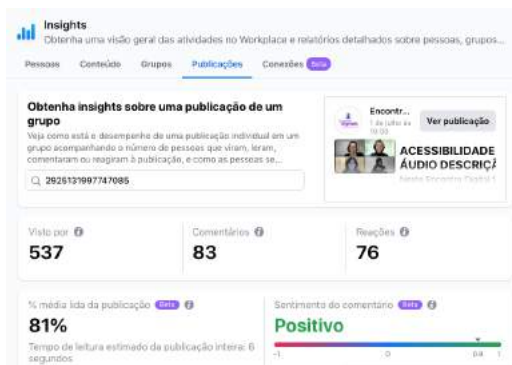
Nas figuras abaixo estão frames das *lives* realizadas e os resultados, em questão de reações, comentários e visualizações.

Figura 24. *Frame* do Encontro Digital “Acessibilidade digital: áudio descrição”.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 25. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: áudio descrição”.



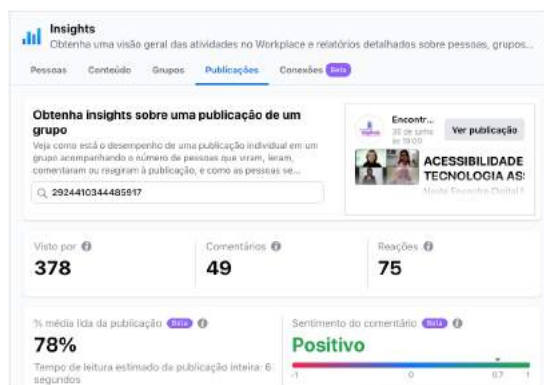
Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 26. *Frame* do Encontro Digital “Acessibilidade digital: tecnologia assistiva”.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 27. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: tecnologia assistiva”.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 28. *Frame* do Encontro Digital “Acessibilidade digital: intérprete de libras”.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 29. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: intérprete de libras”.



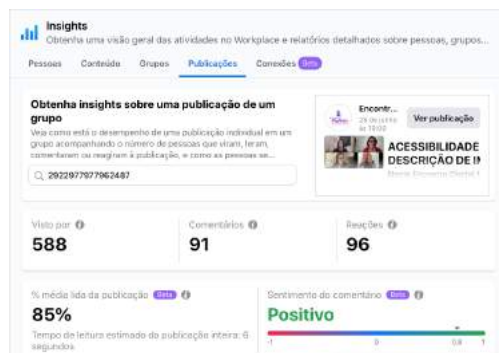
Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 30. *Frame* do Encontro Digital “Acessibilidade digital: descrição de imagem”.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

Figura 31. Dados da publicação do Encontro Digital “Acessibilidade digital: descrição de imagem”.



Fonte: Workplace do Grupo Mulheres do Brasil

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade da pessoa com deficiência, embora seja um conceito trabalhado há pouco tempo, em especial após a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, vem apresentando melhoras gradativas nos últimos anos, porém com um menor impacto ainda no meio digital. Embora muitos sites brasileiros ainda não possuam a porcentagem ideal de acessibilidade, este não é o caso da organização estudada: o Grupo Mulheres do Brasil.

Por ser uma organização com valores como “dar aconchego”, “agir com leveza”, “buscar diversidade”, “fazer acontecer”, “ter atitude de ser meu” e “promover impacto social mensurável”, o Grupo Mulheres do Brasil tem se empenhado em realizar a inclusão das pessoas com deficiência.

Liderado pelo Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência – o qual busca orientar os demais Comitês e Núcleos, as ações que promovem conscientização e conhecimento estão sendo realizadas desde 2018. Desde o início, durante e após a pandemia do covid-19, o foco tem sido na inclusão digital, com eventos e treinamentos abertos para todas as voluntárias.

O que ainda pode ser melhorado é a comunicação externa, em especial nas duas maiores redes sociais do Grupo Mulheres do Brasil, o Facebook e o Instagram, além do YouTube, que apesar de ter tido algumas exceções ainda tem muito a crescer no quesito acessibilidade digital. São nessas redes que ainda não foram incorporadas a descrição de imagem, intérprete de libras e áudio descrição.

A parcela da população que apresenta alguma deficiência, seja ela visual, auditiva, física, seja intelectual, no Brasil, é considerável, se pensarmos em um todo. A exclusão social dessas pessoas não é somente contra a legislação, mas um desrespeito às questões humanitárias. Na figura abaixo, há o resumo das orientações, apresentadas ao longo deste trabalho, para garantir uma maior inclusão digital.

Figura 32. Orientações para garantir a acessibilidade digital

Inclusão Digital

Descrição de imagem
Intérprete de libras
Áudio descrição

Sempre começar a descrição da esquerda para a direita e de cima para baixo.

1

Descrição mais sucinta, sem grandes detalhes. Verificar quais são as informações mais importantes a serem descritas. Descrever gifs e figurinhas também.

2

Cuidado com pontuação e acentuação, assim como a ortografia correta, pois isso evita que o leitor de tela se confunda durante a leitura do texto.

3

Atenção com tabelas e gráficos, pois devem ser lidos linearmente.

4

As cores não podem ser a única forma de orientação e devem apresentar contraste.

5

Utilizar verbos no presente. Evitar a utilização de gerúndio e pretérito.

6

-Evitar a alteração de letras e símbolos "@", "e" e "x", por conta do pronome neutro.

7

Mesmo que incluir no Texto Alternativo a descrição, colocar a legenda da imagem com a hashtag #PraCegoVer ou #PraTodosVerem.

8

Sempre que possível, seja em eventos ou reuniões online, ter um intérprete de libras disponível. Além disso, ao publicar qualquer conteúdo em vídeo, não esqueça da legenda.

9

Realizar a áudio descrição, seja de imagens, seja de vídeos. As informações mais relevantes ao entendimento devem ser descritas.

10

Fonte: Autoria própria

7 REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. Opinião Pública vol. 14 nº. 2 Campinas Nov. 2008. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniaao_publica/edicao/30>. Acesso em: 03/04/2020.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRASIL. **Constituição (2015). Lei nº 13146, de 2015**. Brasília

CARVALHO, Fernanda Cristina Manzano; SOUZA, Marcelle Cassani de; ALVES, Oslaine Pereira da Silva; LIMA, Paulo Henrique Messias de; LEONEL, Waleria Henrique dos Santos. **A descrição de imagens como recurso de acessibilidade para o deficiente visual no ensino superior na modalidade à distância**. 2017. 8 f., Unicesumar, Maringá, 2017.

Castells, M. (2003). **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises e casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 3-4.

DENZIN, Norman. K. e LINCOLN, Yvonna. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FERRARI, Maria Aparecida. **Novos aportes das relações públicas para o século XXI**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 24, n. 39, p. 53-65, 1o. sem. 2003.

GIL, Antonio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**. Antonio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002 .

GRUNIG, James E. **A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal**. Trad. de John Franklin Arce. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 24, n. 39, p. 67-92, 1o. sem. 2003.

GUIMARÃES, Viviane. **Lei Brasileira de Inclusão para Pessoas com Doenças Neuromusculares**. – Recife: DONEM, 2019. 33 p.

IANNI, Octavio. (2000). **Tendências do pensamento brasileiro**. Tempo Social, 12(2), 55-74p.

ILES Bruno, OLIVEIRA, Taiane M., LEMOS, Jesus R. **Manual de libras para ciências: a célula e o corpo humano**. – Teresina: EDUFPI, 2019. 80 p.

MAUCH, Carla. **Conhecer para incluir a pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Mais Diferenças, 2020

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Audição**. Genebra: Light For The World, 2021. 272p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Visão**. Genebra: Light For The World, 2021. 188p.

REIS, Fábio Wanderley. **Política e participação. Notas sobre aspectos doutrinários e empíricos**. Revista USP, nº 49, pp. 6-23, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1901>>. Acesso em: 03/04/2020.

SALTON, Bruna. P.; AGNOL, Anderson. D.; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SANTOS, Silas. N.; CAVALCANTE, Tícia. C. F. (2021). **Audiodescrição de imagens no livro didático: um estudo de caso com estudantes com baixa visão**. Educação Em Foco, 24(42), 85–109.

SCORALIK, Kelly. **Audiodescrição no telejornalismo: a inclusão das pessoas com deficiência visual por meio da descrição das imagens.** Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.10, n.28 p.90-102, jan./abr. 2020

SEOANE, Alexandra Frazão; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **A audiodescrição do filme Corisco e Dadá.** In: Cultura & Tradução. João Pessoa, v.1, n.1, 2011.

SRIRAMESH, K.; VERSIC, D. **A theoretical framework for global public relations research and practice.** In: The global public relations handbook: Theory, research and practice. Londres: Lawrence Erlbaum Associates publishers, 2003.

UNIC Rio. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. 2009. Acesso em: 03/04/2020.

8 ANEXOS

Entrevista com Marinalva Cruz

1. Descreva o seu histórico na SMPED, seus principais desafios e realizações.

Atuo na área pública há mais de 17 anos e desde 2007, com políticas públicas focadas na acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Em 2017 fui convidada pelo Cid Torquato, atual Secretário da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPED para fazer parte da equipe da SMPED e desde então, o principal desafio continua sendo atuar de forma transversal, respeitando a interseccionalidade da pessoa com deficiência, ou seja, fazer alguns gestores públicos, a iniciativa privada e a sociedade entender que a deficiência é apenas uma entre tantas outras características e que todos os projetos, programas e serviços precisam ser acessíveis para todo tipo de público.

Entre as diversas iniciativas/realizações, destaco a acessibilidade em todos os sites da prefeitura, a Central de Intermediação em Libras – CIL (permite que a comunidade surda tenha acessibilidade comunicacional, 24h por dia e sem consumir dados móveis do seu plano de internet, em qualquer serviço público, instalado na cidade de São Paulo), o Programa de Estágio que garante vagas de estágio para estudantes com deficiência, o Programa de Tecnologia Assistiva (entrega de diversos itens de tecnologia assistiva a alunos com deficiência da rede municipal de ensino e servidores públicos municipais), o Festival Sem Barreiras (contratação de artistas com deficiência) e a Paraoficina Móvel (van adaptada que percorre diversas regiões de São Paulo e realiza concertos/manutenção em órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção).

2. Como você avalia o cenário da pessoa com deficiência no Brasil? É positivo ou negativo?

Apesar se não vivermos em condições de inclusão plena, considero o cenário bastante positivo. Temos muitos desafios, mas temos uma das melhores legislações, várias iniciativas, públicas e privadas, que contribuem para o processo de inclusão, acessibilidade e garantia dos direitos da população com deficiência e a presença constante das pessoas com deficiência nos diferentes espaços, de certa forma tem contribuído para uma maior consciência da sociedade sobre a necessidade de mudarmos o olhar, as atitudes e investir cada vez mais em acessibilidade e tecnologia assistiva para que haja de fato igualdade de oportunidades,

3. Quais as organizações (privadas ou do terceiro setor) que considera como referência em relação à inclusão da pessoa com deficiência? Por quê?

Na cidade de São Paulo, há muitas organizações que contribuem diariamente com o processo de inclusão da pessoa com deficiência, entre elas destaco a Fundação Dorina Nowill, Laramara, Instituto Jô Clemente (antiga APAE de São Paulo), AACD, Associação Fernanda Bianchini, Derdic e AME – Associação dos Metroviários de São Paulo, ambas atuam de forma a promover o protagonismo e a autonomia das pessoas com deficiência, em diferentes espaços e fases da vida.

4. Descreva o que considera que seja essencial para garantir a inclusão da pessoa com deficiência, em especial no meio digital.

Sem dúvida, acessibilidade e tecnologia assistiva, pois, cada vez mais é possível acessar serviços, fazer compras, trabalhar, estudar e se manter informado, utilizando ferramentas digitais, porém, se os sites, os sistemas, os aplicativos, a comunicação e a informação não forem disponibilizadas, considerando os diferentes recursos de acessibilidade digital e comunicacional, com certeza muitas pessoas com deficiência não terão acesso. Importante destacar que acessibilidade não é bom apenas para quem tem alguma deficiência, é bom para todas as pessoas e que o Brasil ainda precisa investir no acesso a internet e garantir que todos os brasileiros sejam incluídos digitalmente.

5. Com a pandemia, ficamos cada vez mais dependentes da tecnologia, como isso afetou as pessoas com deficiência? Fale um pouco sobre a tecnologia assistiva.

A pandemia afetou a vida de toda população e para alguns, depender da tecnologia ainda é um grande desafio, quer seja pela falta de habilidade ou de conhecimento sobre os diferentes recursos tecnológicos, quer seja por falta de acessibilidade nos ambientes virtuais, prejudicando especialmente milhares de pessoas com deficiência.

Além da barreira tecnológica, a barreira comunicacional também afetou a vida das pessoas com deficiência, sobretudo das pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual, visto que no início da pandemia havia pouca ou quase nenhuma informação acessível.

Tecnologia Assistiva (TA) é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. São muitos e diversos os itens de tecnologias assistiva, alguns podem ser simples e baratos e

outros mais caros e complexos, porém, extremamente importante para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas com deficiência.

São exemplos de tecnologia assistiva, cadeira de rodas (manual ou motorizadas), bengalas, muletas, aparelhos auditivos, softwares, materiais adaptados, entre outros.

Entrevista com Terezinha Salamanca

1. Descreva o que considera que seja essencial para garantir a inclusão da pessoa com deficiência no meio digital.

Neste novo mundo com meio digital, precisamos também compreender como as pessoas com deficiência ou alguma limitação utilizam o computador, a web e outros recursos digitais.

Precisamos em todos os locais, sem exceção, entender a importância da garantia da acessibilidade e do desenvolvimento de ambientes e materiais digitais mais inclusivos. Para isso, é necessário conhecer quem são essas pessoas, como acessam o meio digital, quais tipos de adequações ou recursos podem ajudá-las nesse processo, e quais as barreiras que podem dificultar ou impossibilitar seu acesso.

2. O que te motivou a participar do Comitê de Inclusão da pessoa com deficiência?

Fui executiva em uma mesma empresa, seguida de incorporações por mais de 30 anos, e além do meu cargo, eu sempre participei do voluntariado desta empresa e também fui responsável com outros executivos em conjunto com o RH – Recursos Humanos a realizar a seleção, contratação, treinamento, ambientação, monitoramento e avaliação no exercício de suas atividades, de pessoas com deficiência, quando foi implantado no Brasil a lei de cotas para as empresas.

Este período teve duração de aproximadamente 1 ano, e um dos momentos mais gratificantes para mim, como pessoa e como profissional, por toda troca de aprendizado entre nós.

E o melhor de tudo, foi se contagiar com tanta força de vontade, garra, sensibilidade, inteligência e amor próprio que cada um tinha, pois a deficiência não era nenhuma barreira, muito pelo contrário, eles se superavam em tudo e queriam cada vez mais.

Tenho muita gratidão por ter conhecido e vivido uma linda experiência com cada um deles e que tornou minha percepção de que todos tem o direito sim de serem incluídos e que não existe nenhum impedimento quando você tem a vontade de ser e fazer e foi aqui que me apaixonei pela causa, na verdade não uma causa né, e sim por pessoas tão igual a mim, mas que podem fazer de jeitos diferentes é só ter a oportunidade.

E como nosso destino, Deus que dá o comando, muitos anos depois, eu sofri um “estrangulamento” de tendão da minha mão direita, fui direto para uma primeira cirurgia, seguidas de mais 9 cirurgias ao longo dos anos, o que agravou para perda de movimento, perda da pinça do meu dedo polegar, dificultando movimentos, retirada de uma parte do tendão, sensibilidade e dores constantes. Então, minha vida também mudou muito, já que eu sou destra e fui acometida com este problema em minha mão direita me deixando impossibilitada de execução de várias atividades do dia a dia da minha rotina de vida. Ou seja, além de aceitação, superação, eu também tive que me adaptar a um novo estilo de vida, aprender mesmo a fazer coisas com a minha mão esquerda, que as vezes parecia impossível, mas quando queremos e tentamos, sempre conseguimos e agora sou assim. Tenho dores frequentes, faço tratamentos constantes, tenho as minhas limitações, mas sim sou uma cidadã, vivendo conforme Deus preparou em uma nova etapa da minha vida.

3. O que você acredita que possa ser feito, a curto prazo, para melhorar a inclusão da pessoa com deficiência, em especial no meio digital?

Neste novo mundo com meio digital, precisamos também compreender como as pessoas com deficiência ou alguma limitação utilizam o computador, a web e outros recursos digitais.

Precisamos em todos os locais, sem exceção, entender a importância da garantia da acessibilidade e do desenvolvimento de ambientes e materiais digitais mais inclusivos. Para isso, é necessário conhecer quem são essas pessoas, como acessam o meio digital, quais tipos de adequações ou recursos podem ajudá-las nesse processo, e quais as barreiras que podem dificultar ou impossibilitar seu acesso.

4. No contexto da inclusão da pessoa com deficiência, se tivesse a oportunidade e todos os recursos disponíveis, qual seria o primeiro problema que resolveria?

Acessibilidade arquitetônica, ainda precisa melhorar muito, para garantir melhores condições de circulação das pessoas com deficiência, principalmente para algumas deficiências que dependam de equipamentos, e que em muitos lugares, ainda é difícil o acesso.

5. Na sua opinião, como avalia o Grupo Mulheres do Brasil, em relação ao trabalho realizado, levando em conta a inclusão da pessoa com deficiência?

O Comitê inclusão da pessoa com Deficiência, é relativamente novo, mas em 2020 foi um ano de muitos destaques, ações, interações e parcerias, com o propósito de envolver informações,

orientações e apoios em causas, e sim levar o máximo de destas informações há um maior número de pessoas com deficiência e suas famílias.

E nossa meta e desejo é interagir com todos os núcleos, conhecer quem atua nesta causa e nos fortalecer mais como Grupo.